

O trabalho docente pretende produzir efeitos objetivos; para tanto, como uma ação intencional, necessita de planejamento e de uma execução direcionada para determinado objetivo. Ou seja, não há como atingir os fins colimados pela prática educativa intencional sem que sejam definidos os resultados esperados, assim como os meios e procedimentos necessários ao seu atendimento.

Nesta perspectiva, para a organização do trabalho docente, torna-se necessário ter clareza acerca dos fins políticos da ação educativa; dos fins propriamente educativos que conduzem aos fins políticos; dos princípios, recursos científicos e técnicos que sustentem uma ação eficiente ante os objetivos; da execução das atividades em coerência com os princípios políticos, educativos e científicos assumidos.

No texto que se segue, fazemos uma indicação sobre essas questões, tendo em vista subsidiar a reflexão e a prática de educadores escolares(2).

### **Fins Políticos da Prática Educativa**

O ser humano vive em sociedade e, em função disso, todos os seus atos estão comprometidos com o todo social. Cada um, singularmente considerado, é uma expressão do todo e, por isso, os seus atos tanto sofrem a ação do todo como atuam sobre ele.

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; professor da 2 Universidade Federal da Bahia.

O tema aqui apresentado já sofreu algumas alterações feitas por mim e foi publicado em *Prática Docente e Avaliação* (Rio de Janeiro, ABT, 1990). Muitas partes deste texto são transcrições daquele, porém aqui dou novo tratamento à temática.

Não há ato individual nosso que não tenha repercussão no social, desde que com ele estejamos comprometidos, constitutivamente.

A ação do educador escolar, nesta perspectiva, é uma ação politicamente comprometida. Seus atos não são isolados e atômicos, mas articulados com determinada direção do processo social, na medida em que o ato educativo nasce da prática social, ao mesmo tempo em que a direciona. Sofre a ação da prática social existente, mas, dialeticamente, também exerce a ação dentro de uma nova direção para a sociedade. A prática educativa é condicionada, mas também é condicionante do processo histórico-social, ao lado de múltiplos outros fatores.

Assim sendo, para um exercício organizado da prática docente, importa:

- ter clareza da direção que a sociedade dá à prática educativa;
- proceder a uma crítica dessa direção, verificando tanto se ela nos satisfaz ou não como as razões desse entendimento;
- definir a direção que efetivamente desejamos dar a nossa prática.

Portanto, a definição da direção política de nossa prática educativa decorre da análise crítica que fazemos da atual prática educativa, desabrochando numa perspectiva também crítica para o nosso trabalho.

Que significa aqui esta "crítica" tanto ao atual processo da prática educativa quanto à prática educativa que desejamos realizar?

Significa, de um lado, desvendarmos a trama das relações que constituem a atual prática educativa na sociedade, tendo em vista construir o ser humano, e, de outro, trabalharmos na perspectiva de criarmos as condições de construção de um novo ser humano para uma nova sociedade com a qual sonhamos. Ou seja, refere-se ao desenvolvimento da trama das relações sociais que constituem a atual prática educativa, assim como à criação de novas condições para uma prática educativa coerente com nossos objetivos.

Ao longo da história ocidental, a Educação vem sendo marcada pelas determinações da sociedade, organizada em dois segmentos: dominante e dominado. A observação histórica nos permite dizer que a sociedade, desde que se organizou em segmentos dominante e dominado, fez da Educação um instrumento dos interesses dominantes, mantendo para si as condições mais favoráveis de transmissão e assimilação de conhecimentos, habilidades, hábitos e convicções significativos nos diversos momentos da história e nos diversos espaços sociais.

Basta uma simples abordagem da história da sociedade ocidental e veremos, imediatamente, que os conhecimentos mais importantes das diversas sociedades sempre foram "segredos" para a maioria dessas populações. As maiorias populacionais podiam aprender os conhecimentos e habilidades mais simples, úteis para servir às determinações dominantes, mas não os conhecimentos mais significativos, que lhes poderiam servir de instrumento de luta contra os processos de opressão aos quais estiveram submetidos.

Com isso, não estamos querendo defender que a posse dos conhecimentos é suficiente para a modificação da sociedade, mas que, com certeza, é um instrumento necessário e profundamente útil nesse processo.

Nessa mesma perspectiva, podemos compreender as imensas maiorias populacionais

brasileiras subtraídas do processo educativo institucionalizado. O analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade do País têm o seu dividendo positivo para o segmento dominante de nossa sociedade. Níveis de escolaridade mais elevados significariam possibilidades de entendimento, consciência, organização da sociedade civil, reivindicação de direitos. E isso não interessa ao segmento social que deseja ter o domínio perverso sobre as massas humanas em função de seus interesses mesquinhos.

Assim, politicamente, assumimos que o fim político da ação educativa crítica é trabalhar no sentido de que todos os cidadãos tenham acesso e permanência dentro do processo escolar, sendo-lhes garantida uma aprendizagem satisfatória e significativa dos conteúdos científicos e culturais, sistematizados através dos currículos. Todo cidadão tem direito de acesso aos conhecimentos e habilidades necessários a viver bem nesta sociedade.

Para que isto se dê, importa que tanto social quanto individualmente se esteja investindo em Educação. Do ponto de vista social, importa que os poderes constituídos efetivamente atuem como representantes dos interesses do povo e, do ponto de vista individual, importa que os educadores efetivamente invistam na aprendizagem dos educandos e não em sua promoção ou não-promoção de uma série para a outra do processo escolar. É preciso que tanto a sociedade, através de suas representações e organizações civis, como os educadores, através de sua atuação profissional, estejam atentos ao fato de que cada cidadão, como educando, necessita **desenvolver-se e tornar-se independente**, para que, individual e coletivamente, da maneira mais satisfatória possível, possa viver democraticamente.

### **Fins Educativos da Prática Educativa: desenvolvimento e independência do educando**

Se o objetivo político da prática educativa é trabalhar na perspectiva da construção de um processo de democratização da sociedade, do ponto de vista educativo seu objetivo é trabalhar na perspectiva da construção do desenvolvimento e da independência do educando, tendo em vista sua possibilidade de reciprocidade e, conseqüentemente, de organização social, tendo como meta a equalização.

Diante desses objetivos, convém compreender o que é desenvolvimento e o que é independência do educando, ou melhor, verificar como a independência é construída pelo processo de desenvolvimento.

A independência, considerada ou como atitude interna ou como prática social, é uma construção de cada ser humano, individualmente enquanto sujeito e coletivamente enquanto sociedade. A independência não é dada a cada ser humano desde o seu nascimento; ela é o resultado de um longo trabalho de construção de si mesmo.

Para que cada sujeito possa conviverem estado de reciprocidade (relação bi e multidirecional de igualdade entre seres humanos), é necessário que ele possua sua independência, no que se refere aos seus sentimentos, aos seus conhecimentos, às suas habilidades, ao seu modo de viver, assim como às suas condições econômicas de sobrevivência.

Não há como lutar pela democracia, se não houver condições internas e externas de reciprocidade. Parece-nos que o objetivo educativo fundamental, para que os educandos possam ter condições de viver e construir o processo democrático dentro da sociedade, é traçar o caminho pela independência interior.

Essa independência, como atitude e como prática social, é conquistada na própria

vivência, por meio da aquisição de intuições, entendimentos, habilidades, hábitos e convicções. Todos os atos, desde os mais simples - como saber cuidar de si mesmo em termos de higiene, vestuário, organização do espaço pessoal - até os mais complexos - como tomar decisões e encaminhar atividades sociais e políticas que envolvam a si mesmo ou o processo social -, são situações com as quais podemos aprender o caminho que leva à independência.

Nesta perspectiva, cada aprendizagem que leva o educando a tomar em suas mãos o seu destino, individualmente ou em situação de reciprocidade, é um passo a mais em direção à construção do processo de sua independência, de sua autonomia.

Para a construção da independência podem ser utilizadas todas as práticas e todos os conteúdos socioculturais, desde que no sentido de possibilitar ao educando "fazer-se" senhor de si, capaz de agir com clareza de objetivos, segurança e eficiência.

A construção da independência se faz pelo processo de desenvolvimento. Mas o que significa o desenvolvimento do educando para a Educação Escolar?

O desenvolvimento do educando implica a construção das diversas facetas do seu ser: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e o modo de viver. É a construção do indivíduo para que se torne senhor de si e sujeito da circunstância. Cada indivíduo criança, jovem ou adulto - educa-se no processo social como um todo: na trama das relações familiares, grupais, políticas, institucionais ... Contudo, educa-se na medida em que vive as circunstâncias, que medita sobre elas e que volta a agir de um novo modo, provavelmente mais eficiente. O ser humano desenvolve-se nessa prática social.

Desenvolvimento no caso do educando significa, então, a formação de suas convicções, assim como de suas capacidades cognoscitivas e de suas habilidades psicomotoras; enfim, de seu modo de viver, o que implica prática e compreensão.

A Escola é uma instância educativa que tem por objetivo trabalhar com o desenvolvimento do educando, devendo estar atenta às suas capacidades cognoscitivas sem deixar de considerar significativamente a formação de suas convicções. Aliada ao desenvolvimento das capacidades cognoscitivas, ocorre também a formação de múltiplas convicções, assim como de habilidades motoras. A Escola não pode descuidar dessas convicções e dessas habilidades.

O caminho do desenvolvimento do educando é o que leva à sua independência, e ele é construído mediante a prática cotidiana, que envolve atividades e a compreensão dessas atividades. Por prática cotidiana não estamos aqui entendendo tão-somente o dia-a-dia comum de cada ser humano, mas a totalidade de suas possibilidades. Assim sendo, os conhecimentos, as intuições, as produções culturais e artísticas já existentes fazem parte das possibilidades desse cotidiano. A Escola, neste contexto, é uma instância que deve possibilitar ao educando o contato e a assimilação desses bens culturais que a Humanidade já criou, abrindo-lhe o caminho para a ampliação e universalização de seu entendimento e de sua consciência.

A dialética do "senhor e do escravo" é clássica ao nos demonstrar o fato de que o senhor pode passar a ser o escravo, na medida em que depende do escravo para sobreviver. A independência significa ser capaz de agir de tal forma que os destinos de si e da coletividade sejam possibilidades nas mãos do ser humano individual ou da coletividade consciente e organizada.

Para tanto, importa que cada ser humano, na sua individualidade, e a coletividade, na sua organicidade, possuam conhecimentos, habilidades no agir, assim como valores que dêem rumos à ação e tenacidade na construção dos resultados.

O desenvolvimento do educando se processa e deve-se processar nesse caminho de independência, através da aquisição de habilidades, que se articulam com os hábitos e possibilitam ao sujeito uma ação eficiente, mas tanto as habilidades como os hábitos dependem, para o seu aperfeiçoamento, de entendimentos e, para a sua direção, de valores e convicções. A aquisição de conhecimentos, a formação de habilidades, hábitos e convicções são meios fundamentais de independência do ser humano.

Em síntese, podemos dizer que o ser humano, e por sua vez o educando, é um ser ativo, que constrói, pela ação, seu entendimento e sua direção, no decorrer da existência, o que significa construir sua própria independência. Nada é dado pronto. A independência é uma construção.

### **Os Conteúdos Socioculturais Como Mediação do Desenvolvimento do Educando**

Agora, cabe perguntar: que mediação pode e deve ser utilizada para criar condições para o desenvolvimento e independência do educando?

Para o desenvolvimento das capacidades do educando, assim como para a formação de suas convicções, conforme delimitações anteriores, a Educação Escolar deve fazer uso da assimilação ativa dos conteúdos socioculturais já produzidos pela Humanidade, como suportes da aquisição de habilidades, entendimentos e convicções que servirão de meios para que os indivíduos e as coletividades conservem e renovem a cultura, sempre na perspectiva de satisfazer suas necessidades imediatas e transcendentais.

A cultura existente é necessária ao desenvolvimento das novas gerações, pois ela é resultante de longa experiência da sociedade, decorrente da busca de solução tanto dos impasses que enfrentou, como das múltiplas necessidades que foi encontrando.

A cultura é uma construção que a Humanidade vem elaborando ao longo do tempo, e que assume características específicas em cada época histórica, assim como em cada espaço geográfico. Dentro dessa construção, cada ser humano nasce, cresce e morre. Cada um em particular, e a coletividade como um todo, assimila, reproduz e renova essa herança; é através do processo de assimilação, reprodução e renovação da cultura que os indivíduos, como sujeitos, e a Humanidade, como um todo, se desenvolvem, ganham independência e caminham.

A internalização ativa da cultura é o caminho pelo qual cada indivíduo se constitui, sem ter de reinventar todo o passado humano, mas tomando-o em suas mãos, fazendo-o seu e dando saltos à frente.

No processo de independentização, o sujeito tem necessidade de formar valores e convicções que o guiem, assim como de possuir entendimentos do mundo, que lhe garantam as possibilidades da ação. Em função disso, a Educação faz supor tanto a formação dos valores como a aquisição de entendimentos do mundo, de tal modo que estes dois fatores conjugados possibilitem maneiras de agir ao indivíduo, garantindo-lhe alegria e sucesso no viver.

A assimilação ativa da cultura possibilita, então, à criança, ao jovem e ao adulto a aquisição individualizada de modos de agir (habilidades), assim como conhecimentos e valorações da realidade, que lhe garantirão possibilidades de atuar independente e livremente. Conhecimentos e convicções, adquiridos na experiência prática e refletida da existência, são elementos fundamentais das habilidades do bem-viver, de forma independente, autônoma e equânime. Importa lembrar que a aquisição de habilidades do bem-viver, a partir dos conteúdos socioculturais, deve ser uma atividade individualizadora, ou seja, os conteúdos devem servir não de padrão de conduta, mas sim de expressão do mundo exterior com o qual o educando interage e se constrói a si mesmo de forma ativa.

### **Aprendizagem Como Meio de Aquisição de Conhecimentos, Habilidades, Hábitos e Convicções**

A aprendizagem é o meio pelo qual cada indivíduo se constrói a si mesmo ao longo da existência. À medida que vivemos, aprendemos; e à medida que aprendemos, nos construímos a nós mesmos. Não nascemos prontos; nascemos com condições humanas, porém nos construímos, chegando ao que somos hoje. Um professor se constrói professor pela sua ação; um marceneiro se constrói marceneiro pela sua ação; um machista se constrói machista pela sua ação. Afinal, não fomos dados como somos; ninguém é dado como é.

Então, podemos perguntar: que papel tem a influência do meio nesse processo? Cada um se constrói o que é na trama das relações sociais na qual está situado. Não nos construímos isoladamente; somos relações sociais. MARX expressou esse entendimento ao dizer que "um negro é um negro; ele só se transforma num escravo dentro de determinadas relações sociais". Nenhum ser humano, nenhum de nós está isento dessas influências, e é exatamente no seio delas que nos construímos dialeticamente, aceitando-as ou rejeitando-as, incorporando-as ou recusando-as. Somos resultantes de nossa interação com o meio material e espiritual, no qual, de forma ativa, nos fizemos.

Pela aprendizagem, aprendemos a ser o que somos por meio de duas formas: a espontânea e a intencional.

A aprendizagem espontânea é informal e se dá nas múltiplas situações do cotidiano. Aprendemos com as circunstâncias - na convivência com outras pessoas, na rua, nos passeios, em excursões-, com as ações -tomando banho, alimentando-nos, vendendo, comprando, orando, meditando, conversando, observando os modos de ser dos outros, reagindo, reclamando, fazendo a revolução, amando - etc. A aprendizagem espontânea é significativa para a vida humana, porém insuficiente para possibilitar a assimilação ativa de uma gama de conteúdos socioculturais elaborados pela Humanidade, especialmente daqueles denominados críticos (filosóficos, científicos). Por isso, carecemos de uma aprendizagem intencional.

Na aprendizagem espontânea não há necessariamente um ensino; pode até ser que alguém ensine outro na convivência, porém, será um ensino ocasional, sem que seja constitutivamente necessário.

A aprendizagem intencional é aquela que é buscada e propiciada por uma determinação voluntária, decorrente de uma ação também intencional de ensino. O aluno vai à Escola em busca de um tipo de aprendizagem específica, e o educador o atende, tendo em vista oferecer-lhe as condições efetivas de uma aprendizagem metodicamente construída.

Isto significa que o educando busca e o educador propõe aprendizagens que se dão através da assimilação ativa de conteúdos socioculturais, que se transformam, por sua vez, em conhecimentos, habilidades e convicções.

A aprendizagem intencional vai para além de onde chega a aprendizagem espontânea. Ela não depende de ocorrências ocasionais, fortuitas, mas de busca e de exercícios sistemáticos, tendo como características ser: ativa, inteligível e sistemática.

A aprendizagem ativa é oposta à aprendizagem reflexa, que é insuficiente ou quase nula para o desenvolvimento e a independência do educando. Por aprendizagem reflexa entendemos a fixação de súmulas (resumos) de conhecimentos na memória do educando - súmulas retidas, mas não compreendidas. Ela é praticamente nula do ponto de vista do desenvolvimento das formas humanas de vida. A memorização sem vivência e sem entendimento é estática.

A aprendizagem ativa é aquela que é construída pelo educando a partir de sua interação com conteúdos socioculturais. O ser humano é um ser ativo e ele só pode construir-se pela atividade. Ele se faz na medida mesma em que age; enquanto age, modela-se. Isto significa que o educando assimila os conteúdos, tornando-os seus, através de múltiplas atividades de internalização de experiências vividas. O educando desenvolve-se enquanto torna propriamente suas as experiências vividas, renovando-as. Não basta o educando reproduzir reflexamente as informações e as experiências que vê e imita. É preciso que ele as compreenda, as manipule e as possa utilizar de modo individual, flexível, transferível, multilateral.

A aprendizagem, enquanto ativa (e só pode ser ativa se for "ação" de aprender), exige também um ensino ativo. O educador, ao trabalhar com seus educandos, deverá estar atento para propor conteúdos e atividades que lhes possibilitem aprender pela ação.

Para tanto, vale ressaltar que esta ação não se restringe tão-somente à ação motora muscular - pode ser esta no caso das atividades corporais, mas pode ser a atividade mental, no caso da aquisição de formas de raciocínio e pensamento, como podem ser as atividades que estimulam os sentimentos e as emoções, no caso dos cuidados com os aspectos afetivos do educando. O que importa estar claro é que a aprendizagem é ativa e, portanto, exige um ensino ativo.

A aprendizagem deve, ainda, ser inteligível. O conhecimento que se adquire deverá possibilitar a iluminação da realidade; deverá possibilitar que o educando penetre nos mistérios e nas conexões da realidade, desvendando-os. Assim, no conhecimento adquirido, é preciso que o educando obtenha um instrumento de compreensão da realidade.

É preciso que o conhecimento adquirido seja iluminativo da realidade, que revele os objetos como são em seus contornos, em suas conexões objetivas e necessárias. Só assim teremos conhecimento.

Um aluno que não conseguiu "entender" bem o conteúdo de uma disciplina não a aprendeu e, por isso mesmo, o conteúdo oferecido não lhe serviu de apoio para o seu desenvolvimento. Quando um professor diz ao aluno que ainda não conseguiu aprender uma lição: "Se vire por você mesmo!", não está ajudando em nada no desenvolvimento do educando, pois que a compreensão do conteúdo proposto é ponto de partida para a criação de habilidades e hábitos através da exercitação. Ensinar significa criar condições para que o educando efetivamente entenda aquilo que se está querendo que ele aprenda.

Do ponto de vista do desenvolvimento do educando, "passar por cima de um determinado conteúdo" ou "nada fazer" tem o mesmo resultado no que se refere à aprendizagem. Para que a aprendizagem se efetue, os conteúdos precisam ser compreendidos e internalizados.

Uma aprendizagem inteligível exige um ensino também inteligível. O educador deverá, no mínimo, ter ciência do todo do conhecimento ou das habilidades que ensina. Não é possível ensinar bem alguma coisa se não a detemos em nossas mãos. Não dá para um educando aprender bem determinado conteúdo se quem o ensina também não o sabe.

Por último, a aprendizagem intencional deve ser sistemática. Não se pode aprender um modo completo de agir de uma única vez, mas aos poucos. As habilidades complexas se aperfeiçoam e se ampliam ao longo de períodos de exercitação.

O ensino sistemático, que direciona a aprendizagem sistemática, tem por objetivo estabelecer condições para que o educando, aos poucos, vá adquirindo, também de forma sistemática, os conteúdos escolares, que são conteúdos socioculturais. Isso significa que o ensino exige do educando um avanço em relação ao estágio de desenvolvimento em que ele se encontra, pois se lhe for ensinado o que já sabe, ele nada aprende e não se desenvolve. O ensino sistemático é um modo de propor aos alunos conteúdos escolares que são conflituosos com o seu atual nível de desenvolvimento. O ensino traz ao educando alguma coisa nova que o desafia a aprender e avançar. O resultado do ensino sistemático é uma aprendizagem sistemática, o que significa que se exige do educando um salto no sentido de apropriar-se de algo novo que se lhe está sendo proposto.

O conteúdo do ensino deverá ser novo, porém, não tão novo, mas de tal modo que seja possível sua assimilação. O nível de dificuldade do novo deve ser assimilável pelo educando. Quando o conteúdo apresenta um nível de dificuldade não assimilável, o educando não aprende. O conteúdo novo proposto para a aprendizagem deve ser mais avançado que o estágio em que o educando se encontra, porém de forma compatível, permitindo sua assimilação. Se o educando não possuir os mecanismos de assimilação do conteúdo proposto, ele não possuirá os meios necessários para penetrar nesse novo conhecimento e, por isso, não o aprenderá, o que significa que o estímulo do ensino ultrapassou as suas possibilidades de assimilação, tornando-se impossível o acesso a ele. Então, o ensino terá de trazer algo de novo para os educandos, mas desde que suficientemente dosado.

É neste contexto que emergem as questões referentes aos tão falados pré-requisitos. Um educando que não possui os pré-requisitos para uma aprendizagem qualquer não poderá efetivá-la. A dosagem do conteúdo novo que se apresenta não poderá ser nem diminuta, a ponto de não exigir o avanço, nem excessiva, a ponto de pôr em risco a assimilação.

PIAGET compreende esta questão de uma forma interessante. Ele diz que a aprendizagem ocorre por meio de um processo de assimilação/acomodação.

A assimilação se dá pelo processo de "assemelhação" entre o suporte cultural e cognitivo do educando e os elementos do conteúdo novo da aprendizagem.

Já a acomodação é a efetiva aprendizagem; é propriamente a nova aquisição por parte do educando. Para "acomodar-se" ao novo, o educando necessita dos mecanismos de assimilação. Só é possível aprender se ele já possuir os mecanismos de assimilação

do novo que vai ser ensinado. Sem isso a acomodação não se dá, pois o educando não terá a "chave" para penetrar no "mistério" do que está sendo apresentado a ele como uma coisa nova a ser aprendida. Por exemplo, para aprender a operação matemática da adição com números fracionários, importa o conhecimento prévio da adição com números inteiros; este último conhecimento é o mecanismo de assimilação necessário para que se possa penetrar no âmbito do conhecimento relativo à adição com números fracionários. O conhecimento novo apresentado exige um avanço por parte do aprendiz, mas um avanço efetivamente possível.

Em síntese, a força motriz da aprendizagem é o conflito com o estágio de desenvolvimento em que o educando se encontra, porém um conflito suficientemente dosado, de tal forma que ele estimule o avanço.

Em função disso, esse conflito terá de ser planejado sistematicamente e controlado, para que efetivamente possibilite ao educando um avanço prazeroso na aquisição de novos conhecimentos, novas habilidades e novos hábitos, assim como de novas convicções.

Com essa discussão do processo do ensino e da aprendizagem, temos em mãos elementos teóricos que nos permitem planejar como cumprir o nosso compromisso com o desenvolvimento e com a independência do educando, desde que a aprendizagem, de forma ativa, inteligível e sistemática, possibilite ao educando a construção de si mesmo e de seu modo pessoal de ser.

O educador que estiver atento a estes aspectos poderá, independente de quais sejam as práticas escolares ou os seus conteúdos, oferecer ao educando, em suas diversas faixas etárias, meios de promover o seu desenvolvimento e a sua independência, o que pode ocorrer nas mais diversas atividades- Educação Física e Artística, Língua Portuguesa, Matemática etc.

### **Elementos da Assimilação Ativa dos Conteúdos Socioculturais**

Para que a assimilação ativa dos conteúdos socioculturais, por meio do ensino-aprendizagem intencional, atue na constituição de cada um, importa:

- que os conteúdos cheguem até os educandos;
- que os educandos se apropriem ativamente desses conteúdos, através de exercícios de assimilação, de aplicação e de inventividade.

### **recepção dos conteúdos socioculturais**

Para que alguma coisa seja assimilada por alguém, é preciso que ela exista e que seja posta à disposição desse alguém. No caso da aprendizagem dos conteúdos socioculturais, é preciso que, de alguma forma, eles sejam oferecidos ao educando. Ou seja, para que os conteúdos possam vir a ser do educando, ele deve recebê-los.

No processo ensino-aprendizagem, o educando deverá ser posto em contato com o saber já elaborado. É uma aproximação pela qual o educando recebe as interpretações já produzidas sobre a realidade; porém não é nem pode ser um receber reflexo e passivo. Deverá, sim, ser um receber ativo, na medida em que a interpretação elaborada exposta

interage com os mecanismos de assimilação do educando, tornando-se compreensível para ele. Se o educando não compreende o exposto, a sua assimilação se produz de forma reflexa e ininteligível. A assimilação receptiva dos conhecimentos é a base para o desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções, que não se desenvolvem no vazio; ao contrário, necessitam de conteúdos.

Precisamos aqui esclarecer dois pontos: a questão da assimilação receptiva e a questão de que os conhecimentos são "tingidos" por metodologia e visões de mundo.

Por "assimilação receptiva" entendemos a recepção atenta e inteligível que o educando tem de um conhecimento, de um princípio, de um processo, de uma análise elaborada. O educando é receptivo, mas não passivo. Ele estará recebendo a compreensão da realidade exposta, porém, ao mesmo tempo, estará articulando o conteúdo exposto com a sua experiência de vida. Um sujeito receptivo de um determinado conteúdo estará ativamente assimilando, do ponto de vista do entendimento, o que está sendo exposto, ou seja, enquanto o receptor recebe uma mensagem de um expositor, ele o faz meditando sobre a mensagem, relacionando-a com o seu passado, com o seu saber e experiência, com o futuro etc. O receptor está ativo enquanto recebe. Esse é o primeiro elemento fundamental da aprendizagem ativa.

Ao dizermos que os conteúdos socioculturais estão "tingidos" por uma metodologia e que quando um educando aprende um conteúdo também aprende a metodologia que o permeia, estamos lembrando que não há conteúdo isento de método nem método sem conteúdo. Assim, o conteúdo "Solo" em Geografia pode ser constituído por uma visão da "explosão inicial" (big bang) ou por uma visão sedimentológica; a compreensão da realidade geográfica será completamente diferente por uma ou outra destas visões. O mesmo pode ocorrer com o estudo da História; poderá ser vista através do método positivista ou do método dialético, por exemplo. Na primeira perspectiva, a História será compreendida como uma história de bandidos ou de heróis; na segunda visão, será compreendida a partir das condições objetivas que constituem os próprios fatos. Todo conhecimento é permeado por uma metodologia, e é possível no próprio conteúdo exposto descobrir o método com o qual ele foi construído.

Metodologia, aqui, está sendo entendida como a concepção segundo a qual a realidade é abordada. Esta é uma **compreensão teórica do método**. Porém, há também uma compreensão **técnica** do método, que, da mesma forma, permeia os conteúdos. Por exemplo, o modo de extrair a raiz quadrada nas operações matemáticas, o modo de proceder a uma análise sintática na Língua Portuguesa etc. são modos técnicos de agir, inseridos no próprio conteúdo que se ensina.

Tanto a visão teórico-metodológica quanto a visão técnico-metodológica permeiam os conteúdos e são assimiladas pelos educandos ao mesmo tempo em que assimilam os conteúdos.

Além de os conteúdos serem permeados por métodos, como já assinalamos anteriormente, eles são "tingidos" por "visões valorativas" do mundo e da realidade. As estórias dos livros de Comunicação e Expressão, a visão comercial contida nas formulações dos problemas dos livros didáticos de Matemática, os julgamentos de personagens históricas, todos estes elementos são visões valorativas do mundo, que permeiam os conteúdos ensinados e que são assimilados pelos educandos. Daí decorrer a necessidade de cuidar criticamente dessas visões de mundo ao trabalhar com os educandos no processo de ensino, para que eles não assumam, ingenuamente, visões de mundo que venham a limitar suas formas de compreender a realidade e limitar suas vidas.

## **assimilação ativa através da exercitação**

### exercitação de assimilação

Nós nos constituímos por nossas ações. Isso significa que as aprendizagens se dão através de exercícios reiterativos ou variados em torno de uma mesma temática, de tal forma que o nosso ser vai-se constituindo, ganhando forma, adquirindo um modo de ser que passa a ser habitual.

Para o desenvolvimento interno das capacidades cognoscitivas e das convicções do educando, importa a construção de condutas através da assimilação de conteúdos socioculturais pela sua exercitação. Habilidades e hábitos não se desenvolvem sem atividade construtiva a partir de algum conteúdo. Não basta receber o conteúdo de uma operação matemática; torna-se importante exercitar essa operação em suas diversas vertentes, em seus diversos níveis de complexidade e dificuldade, de modo que ele seja internalizado ativamente. A exercitação assimilativa é a forma pela qual o educando internaliza reprodutivamente os conteúdos e constrói suas capacidades. Pela exercitação, os conhecimentos, metodologias e visões de mundo passam a fazer parte propriamente do educando, chegando até o nível da constituição de hábitos. Sem a exercitação, o educando não tornará habitual um determinado modo de interpretar e agir sobre a realidade; não formará capacidades.

Um aluno se torna hábil em análise sintática, por exemplo, à medida que exercita essa habilidade; um outro se torna hábil em discutir autores de Filosofia, à medida que exercita o modo de sua compreensão e interpretação; outro torna-se hábil no filosofar, exercitando a habilidade de pensar filosoficamente; outro, ainda, adquirirá a convicção e o hábito de conviver e respeitar os semelhantes, vivenciando múltiplas vezes esses valores. Não basta saber" os conteúdos; importa o exercício de pensar com eles e a partir deles.

É importante observar que mesmo uma conduta nova, "inventada" pelo educando, para que se torne propriamente sua, será repetida de maneira reiterativa ou de formas variadas, até que ela seja efetivamente internalizada. E isso não ocorre só com a criança; com os adultos e profissionais também. Um bailarino ou bailarina que queira apresentar uma nova coreografia, além de inventá-la, exercita-a muito, de tal forma que acaba identificando-se com ela. Um cientista que descobre uma nova metodologia no seu processo de produzir ciência não a divulga logo após a sua suposta primeira experiência; fará isso após ter certeza da configuração da nova conduta, através de sua repetição.

Deste modo, a exercitação assimilativa é um caminho ativo fundamental pelo qual o ser humano, em geral, e o educando, em específico, tornam sua a cultura recebida (intencionalmente, no caso da Escola), ganhando autonomia, auto-suficiência, independência.

Nunca será demais lembrar aqui que a exercitação da qual falamos não é mecânica. Ela deve ser viva e dinâmica: portanto, ativa, inteligível e sistemática.

### exercitação de aplicação

Como vimos, a exercitação reiterativa se restringe a possibilitar a flexibilidade das capacidades e dos modos de agir do educando. Por isso, importa que a exercitação se dê não só pela reprodução ativa dos conteúdos socioculturais, mas também por sua aplicação, que é uma forma de exercitação ampliada. Os conteúdos internalizados, sob a forma de condutas, passam a ser aplicados em novas e variadas circunstâncias. A

aplicação não exige situações absolutamente novas, mas tão-somente situações limitadas ao raio das possibilidades dos conhecimentos, habilidades ou hábitos adquiridos.

Conhecimentos e metodologia assimilados e exercitados podem e devem ser transferidos para novas situações-problema. A aplicação, como atividade mental e/ou psicomotora, é a utilização de conhecimentos adquiridos para a solução de problemas semelhantes àqueles que foram solucionados com o conhecimento aprendido e exercitado. A aplicação propriamente dita é uma exercitação de transferência (uma solução é transferida de uma situação para outra semelhante), o que garante ao educando flexibilidade e dinamicidade de operação com os conhecimentos que adquiriu. Pela aplicação se descobre, inteligivelmente, que um conhecimento, uma habilidade ou um hábito adquirido ativamente serve a múltiplas possibilidades de interpretação e de solução de problemas que emergem na existência.

exercitação de inventividade

Assimilar e aplicar condutas inteligentes ainda são insuficientes para o processo de desenvolvimento e independência do educando; importa a inventividade. Ela necessita ser exercitada.

A inventividade implica um salto para a inovação. Por si, não se dá no vazio. Carece de um suporte, que se compõe da bagagem cultural assimilada.

A Inventividade é uma ação criativa que acrescenta à assimilação dos conteúdos socioculturais, internalizados sob a forma de condutas, e à intuição o *insight*, a espontaneidade, o risco. É propriamente a situação em que se produz o novo, que pode ser genial ou não muito distante do que já havia sido produzido anteriormente, mas novo. O novo nasce do velho e o supera por incorporação.

A criatividade não é pura espontaneidade. Para haver criação, há que se ter um suporte nas capacidades desenvolvidas e, para tanto, a assimilação da herança cultural é importante; ela é um dos veículos de desenvolvimento das faculdades mentais superiores e das convicções. A inventividade necessita da espontaneidade e do risco, mas também necessita de fundamentos, de desenvolvimento mental, afetivo e intuitivo, que possibilitem fazer emergir a invenção.

Parece ser precário desejar que a inventividade provenha da pura espontaneidade. Mesmo porque a espontaneidade pura não existe. Nascemos num mundo culturalmente definido, e o desenvolvimento de nossas faculdades mentais superiores necessita da convivência com esse mundo. A espontaneidade que possuímos ou podemos possuir desenvolve-se articulada com a herança cultural que recebemos. A criança criativa não é pura espontaneidade, mas resultante dinâmica da internalização de experiências socioculturais vividas, reelaboradas e construídas.

### **não-mecanicidade dos modos de recepção e assimilação ativos dos conteúdos socioculturais**

Os modos de recepção e assimilação ativos dos conteúdos socioculturais, através da exercitação, não são elementos mecânicos; portanto, sua aplicação no ensino também não deve ser mecânica. Um professor não pode, em uma única hora de aula, desejar que seus alunos recebam, exercitem, apliquem um conhecimento e, subseqüentemente, produzam uma invenção.

Pode acontecer de em determinada aula ocorrer apenas a exposição do assunto e sua recepção ativa por parte do educando. Pode até ser que determinado assunto exija um tempo de exposição maior do que um horário de aula e que sua exercitação ocorra em outra ocasião. Pode mesmo ocorrer de o estudo de pequenos conteúdos permitir, em curto espaço de tempo, a assimilação receptiva, a exercitação e outros elementos mais. O que interessa saber é que é necessário dinamicidade no uso destes elementos, de tal forma que o ensino também não se transforme num mecanicismo ou num tecnicismo inviável e impossível de existir. Importa ter claro que a assimilação ativa dos conhecimentos exige que se vá além da recepção, lembrando-se que o processo é dinâmico.

Na prática, o limite entre estes elementos não é nítido; ou seja, não é possível saber com clareza onde termina a assimilação receptiva e onde se inicia a exercitação. Esta pode exigir maiores esclarecimentos daquela, aprofundando-a. Enquanto alguém está recebendo um conhecimento, já pode estar arriscando intuir suas possíveis aplicações.

Além disso, no processo ensino-aprendizagem, a depender de faixa etária, do conteúdo que está sendo ensinado, da técnica de ensino que está sendo utilizada, há que se decidir por qual dos elementos se deve iniciar. Pode-se principiar o processo pela exercitação, avançando para a compreensão elaborada do exercício que se está executando; pode-se ir da exposição para a exercitação e aplicação; pode-se também partir de um risco de inventividade por acertos e erros, chegando posteriormente à efetiva compreensão da situação-problema que está sendo estudada e aprendida.

Para usar essa dinâmica da assimilação ativa dos conteúdos socioculturais e do desenvolvimento das capacidades cognitivas dos educandos, há que se ter "ciência e arte" de ensinar. Não basta uma ou outra, ambas, ciência e arte, devem ser utilizadas ao mesmo tempo, para que o ensino-aprendizagem seja um processo vivo de desenvolvimento e não um suposto mecanicismo.

### **Recursos Metodológicos para o Ensino-Aprendizagem**

Os recursos metodológicos para a exercitação da atividade docente devem ser compatíveis e correspondentes com os modos de recepção e assimilação ativos dos conteúdos, ou seja, o objeto da ação educativa exige um método específico.

Desta forma, a recepção dos conteúdos exige a sua **exposição**. O método expositivo é aquele que possibilita colocar o educando em contato com determinado conteúdo que será internalizado e transformado em conduta ativa por ele.

Segundo MARX, o método da exposição é aquele pelo qual um sujeito, detendo um conhecimento conceitual completo sobre algum objeto ou processo, passa a expô-lo a outros sujeitos, para que estes adquiram a sua compreensão.

O método expositivo não deve ser confundido com os recursos técnicos da exposição, que podem ser muitos, como exposição oral, exposição por escrito, uma demonstração, uma exemplificação, um painel pictográfico, um videocassete, um filme etc.

A exercitação exige recursos metodológicos diferentes da exposição; exige métodos ativos pelos quais os educandos possam tornar propriamente seus os conteúdos expostos.

A exercitação assimilativa exige exercitação reprodutiva, através da qual o educando

integra os novos conteúdos a sua conduta; portanto, exercita-se com temas conhecidos para a sua integração em sua conduta pessoal.

A exercitação de aplicação exige um modo ativo pelo qual o educando possa ampliar o raio de alcance daquilo que assimilou. São necessários exercícios de solução de problemas determinados, os quais o educando, à medida que forem sendo colocados, possa resolver, utilizando-se dos conhecimentos expostos e adquiridos. **Problemas** cuja resolução seja inviável com os requisitos de conhecimentos e habilidades já adquiridos, por sua complexidade ou novidade, não ajudam no crescimento do educando.

Por último, a exercitação criativa implica problemas que exijam esforço por parte do educando, no sentido de que ele avance um pouco além do que já adquiriu. A inventividade exige exercícios com problemas novos, o que pressupõe a busca de novas informações, de novos caminhos.

Tanto os exercícios assimilativos quanto os de aplicação e os de inventividade são fundamentais para que o educando se construa a si mesmo. Os exercícios possibilitam a internalização ativa dos conteúdos e permitem o salto inventivo. Enquanto na exposição é o educador ou o autor da informação que centraliza a atividade, na exercitação é o educando que centraliza a atividade. A exercitação, como atividade inteligente e não mecânica, possibilita que o educando se aposses de condutas novas, tornando-se cada vez mais senhor de si, portanto independente.

Importa observar que a utilização desses recursos metodológicos também não deve ser feita de forma mecânica. Eles não estão ordenados em uma forma obrigatória de utilização. Poder-se-á começar por exercícios de inventividade; contudo, num dado momento, haverá necessidade de buscar novas informações, o que implicará recepção; inventada nova solução, haverá, para sua fixação, necessidade de exercitação reiterativa; e assim por diante.

O importante não é seguir esta ou outra seqüência de recursos metodológicos, mas saber utilizar-se deles da forma mais inteligente possível, de modo que nossos educandos recebam, assimilem, apliquem e inventem soluções para situações conhecidas e desconhecidas, adquirindo suporte para a independência e a reciprocidade.

### **Relação Educador-Educando**

Os princípios e recursos do ensino-aprendizagem mencionados não terão nenhuma eficácia se a relação entre os dois principais elementos do processo educativo escolar - educador e educando - não mantiverem uma relação satisfatória.

Educador e educando, por si, são sujeitos ativos, que se constroem através da ação, num determinado contexto histórico-social, sendo condicionados por ele e condicionando-os pela sua ação. Portanto, sujeitos que, ativamente, se constroem dentro de um processo de relações sociais.

Na relação educativa - que se dá por um processo de interação entre educador, educando e meio -, educador e educando possuem papéis específicos: o educador como aquele que cria as condições para o processamento da atividade educativa; o educando como aquele que busca, nesse contexto, as condições para o seu desenvolvimento.

Do ponto de vista pedagógico, é uma relação de desiguais, posto que o professor, por si, deve ter uma maturidade e um nível de entendimento diferenciados dos do educando. Seu papel é criar as condições para que o educando siga sempre em frente em suas possibilidades de aprendizagem. O professor é o responsável por conduzir o aluno ao desenvolvimento possível.

Essa relação desigual fundamenta o que se tem denominado de autoridade pedagógica, significando que o professor possui uma autoridade educativa em relação ao educando. Porém, isso não quer dizer que o professor pode exacerbar essa autoridade, transformando-a em autoritarismo. Autoritarismo é um recurso de imposição indevida de uma pessoa sobre outra. Esse direito o professor não possui. Aliás, ninguém o possui; qualquer um que use do autoritarismo estará exacerbando o seu papel.

A relação educador-educando deve ser amistosa, amorosa mesmo. O educador deve estar efetivamente interessado em que o seu educando se desenvolva e, para tanto, dedica o melhor de si mesmo, através de condutas que possibilitem ao educando adquirir sua experiência pessoal e sua independência.

O paternalismo é a conduta inversa do autoritarismo, sendo, portanto, tão inadequada quanto esta na relação educativa. O autoritarismo submete o educando pelo medo; o paternalismo submete-o pelo fato de não permitir que agarre a vida com as próprias mãos. Nem autoritarismo, nem paternalismo, mas uma relação clara e sadia, com cada qual cumprindo o seu papel no processo educativo, sem a necessidade de castigos e medos, porém com decisão e responsabilidade.

### **Organização da Atividade Docente**

O docente, em sua atividade intencional, deverá organizar o seu trabalho, tendo em vista executar mediações que conduzam à consecução dos objetivos estabelecidos. Se se tem como meta o trabalho pela democratização da sociedade e se se compreende que esta não pode ocorrer sem que os sujeitos possuam sua independência, importa que o educador, como profissional que tem claro que o setor da Educação é uma das mediações sociais que podem servir à luta pela democratização, deverá ter conhecimento dos fins a serem obtidos, assim como dos princípios e meios científicos e tecnológicos disponíveis para a obtenção do que traçou como resultado final de seu trabalho.

Deve-se observar que estes resultados não virão de forma gratuita para as suas mãos nem para as mãos da sociedade; eles exigirão investimento e trabalho.

Planejamento, execução e avaliação da atividade docente - como tarefas específicas - deverão ser procedidas em conformidade com os princípios definidos. Já especificamos os fins políticos e educativos, assim como os princípios científicos e técnicos para uma atividade docente que possa ser crítica e construtiva. Agora é utilizá-los e levar adiante o nosso trabalho.

## **Bibliografia**

LUCKESI, Cipriano Carlos. Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 3. Niterói, 12 a 15 de out. de 1984. Simpósios. São Paulo, Loyola, 1984. p. 202-217.

\_\_\_\_\_. Avaliação educacional escolar; para além do autoritarismo. *Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro*, ABT, 13(61):6-26, nov./dez., 1984.

\_\_\_\_\_. Prática docente e avaliação. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1990.

\_\_\_\_\_. Filosofia da educação. São Paulo, Cortez, 1990.